



# Custos e Intervenções Acerca da Gravidez na Adolescência: Uma Breve Revisão da Literatura

**Pedro Henrique Chaves Maia**

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds)

**RESUMO** Neste trabalho, foi realizada uma revisão da literatura econômica acerca de: (1) a gravidez na adolescência, com foco em seus impactos sobre escolaridade, mercado de trabalho e desigualdades sociais; e (2) a avaliação da eficácia de políticas públicas como acesso a contraceptivos, educação sexual e programas de transferência de renda na redução da gravidez precoce. Como resultados dessa revisão, a heterogeneidade de efeitos entre países foi destacada e foram propostas direções para pesquisas futuras, sobretudo em contextos de países em desenvolvimento.

## 1 Introdução

A gravidez na adolescência é um fenômeno de elevada relevância social e econômica, cujos efeitos ultrapassam a esfera individual das jovens mães e reverberam em seus contextos familiares e comunitários. Embora frequentemente abordada sob perspectivas médicas, psicológicas ou educacionais, a análise econômica desse fenômeno oferece ferramentas valiosas para identificar custos diretos e indiretos, bem como avaliar a efetividade de políticas públicas voltadas à sua mitigação.

Este trabalho busca realizar uma revisão crítica da literatura econômica sobre a gravidez na adolescência, com especial atenção aos efeitos causais dessa experiência sobre variáveis como escolaridade, participação no mercado de trabalho, bem-estar intergeracional e dependência de assistência governamental. A análise é baseada em 40 estudos selecionados, privilegiando evidências empíricas com forte poder de identificação causal, como modelos com variáveis

instrumentais, efeitos fixos e desenhos quase-experimentais.

Dentre os principais achados, observa-se que a gravidez precoce tende a comprometer a trajetória educacional das mães adolescentes, diminuindo suas chances de concluir o ensino médio e, conseqüentemente, impactando negativamente sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, a literatura identifica externalidades significativas, tanto negativas (como o prejuízo educacional a irmãos e filhos) quanto positivas (como a redução na incidência de gravidez entre amigas que testemunham os desafios da maternidade precoce).

Um aspecto recorrente na literatura é a heterogeneidade de resultados entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Enquanto estudos realizados em contextos como o México, Chile e Brasil revelam aspectos importantes sobre os efeitos da gravidez adolescente, a maioria das evidências disponíveis ainda se concentra em países desenvolvidos — provavelmente em virtude da disponibilidade de dados. Essa assimetria reforça a urgência de ampliação do corpo de resultados empíricos sobre o tema em contextos de economias em desenvolvimento, mesmo que à custa de menor poder de identificação causal.

Este trabalho também contempla as principais estratégias de intervenção pública avaliadas pela literatura. Destacam-se políticas de educação sexual engajadoras, programas de planejamento familiar, ampliação do acesso a contraceptivos e ações indiretas, como transferências condicionadas de renda. Em geral, os estudos indicam que a efetividade dessas políticas depende não apenas da oferta de informa-

ção e recursos, mas também da maneira como ocorre a comunicação com o público-alvo e da criação de incentivos claros ao comportamento preventivo.

A contribuição deste trabalho reside, portanto, em sistematizar os principais achados da literatura econômica recente, identificar padrões robustos e inconsistências, e propor caminhos promissores para pesquisas futuras e formulação de políticas mais eficazes.

O restante deste trabalho é dividido da seguinte forma: na Seção 2 é apresentada e discutida tanto a metodologia da revisão bibliográfica quanto a dos trabalhos analisados; na Seção 3 são apresentados os resultados acerca dos efeitos de uma gravidez precoce sobre os pais adolescentes; na Seção 4 são discutidos diversos desenhos de políticas públicas e estratégias de mitigação; e a Seção 5 conclui as principais direções sugeridas para pesquisa futura na área.

## 2 Metodologia

**A. Metodologia da Revisão da Literatura.** Para a construção dessa revisão de literatura, foram utilizados: (i) artigos acadêmicos publicados em revistas de alto impacto no campo da economia; (ii) relatórios técnicos de instituições multilaterais com reconhecida relevância acadêmica; e, em menor grau, (iii) outros artigos acadêmicos em áreas correlatas à economia, mas que representam contribuições fundamentais à questão. A revisão de literatura se propõe, então, a analisar trabalhos que priorizem a identificação causal dos efeitos da gravidez na adolescência. No total, 40 trabalhos foram analisados.

Portanto, nota-se que a discussão e os resultados aqui apresentados abordam a questão sob um prisma particular — aquele da ciência econômica. Posto de outra forma, algumas repercussões importantes da gravidez na adolescência, como o custo psicológico/emocional da responsabilidade com o filho para a saúde mental dos pais adolescentes, por exemplo, não são tratadas aqui com o devido destaque por não serem o objeto de estudo da ciência empregada.

Este trabalho, então, pode ser entendido como uma discussão crítica acerca da contribuição da ciência econômica ao entendimento da gravidez na adolescência, reconhecendo os limites metodológicos representados por essa circunscrição acadêmica.

**B. Metodologia dos Trabalhos Analisados.** A gravidez adolescente é objeto de estudo da economia, ao menos, desde a década de 90 (Bronars & Grogger, 1994; Ribar, 1994). Destarte, o tratamento metodológico à questão passou por diversas alterações ao longo do tempo e foi, em grande medida, ator relevante para entender o dissenso no campo acerca dos resultados encontrados (Ashcraft et al., 2013).

Todas as metodologias aqui discutidas tentam resolver o grande problema de endogeneidade envolvido na gravidez na adolescência: adolescentes não engravidam aleatoriamente. Uma vez que o tratamento estudado (gravidez) não é aleatório, o pesquisador deve empregar alguma estratégia de forma a isolar o efeito causal deste.

Esta revisão da literatura identifica as *principais* estratégias empíricas no tratamento da questão como: (1) modelos de efeitos fixos; (2) modelos de Variável Instrumental (IV); e (3) desenhos quase-experimentais. Outra divisão possível dessas metodologias, tal qual exposto em Diaz e Fiel (2016), é em (1) modelos OLS; (2) modelos de efeitos fixos; (3) modelos IV; e (4) modelos com pareamento de pontuação de propensão (*propensity score matching*). No que se segue, discuto em maior detalhe as implicações práticas aos resultados, assim como possíveis vieses mecânicos, derivadas do uso de cada uma dessas metodologias.<sup>1</sup>

**Modelos de Efeitos Fixos.** É natural supor que, ainda que gravidezes não sejam aleatoriamente distribuídas na população de adolescentes, algumas características observáveis tanto do indivíduo quanto do seu local de residência possam servir como boas preditoras da probabilidade de engravidar (Fletcher & Wolfe, 2009; Ke-

<sup>1</sup>Veja Diaz e Fiel (2016) para uma discussão econométrica mais aprofundada acerca das metodologias mencionadas.

arney & Levine, 2012). Entretanto, ainda que inseridas essas características como controle na análise empírica, não é possível remover completamente o risco de que fatores não observáveis do indivíduo estejam correlacionados com a incidência do tratamento (religião, por exemplo).

Isto posto, condicional às variáveis observáveis, o *exato momento* da gravidez pode ser considerado aleatório e, dado que as variáveis não observáveis se alterariam de maneira contínua e suave, enquanto o evento da gravidez gera mudanças abruptas, seria, então, possível recuperar os efeitos causais. Berthelon et al. (2025), Kleven, Landais, Posch et al. (2019) e Kleven, Landais e Søggaard (2019) são exemplos de artigos que empregam essa estratégia de identificação. Ademais, esses trabalhos usam um estudo de eventos (*event-study*) tanto para descrever a dinâmica dos efeitos estimados quanto para defender a estratégia de identificação.

Note, ainda, que a estimação do impacto causal da gravidez na adolescência por um modelo de efeitos fixos de família (comparação entre irmãs) é entendida pela literatura como falha. Para uma discussão mais aprofundada e exemplos de como a estratégia pode ser falha, veja Heissel (2017) e Holmlund (2005).

**Modelos IV.** A segunda classe de modelos empregada se fundamenta na estratégia de instrumentalização do tratamento para identificar efeitos causais. Os instrumentos mais comumente empregados são abortos espontâneos, visto que configurariam uma variação exógena e que impactaria a variável endógena apenas pelo canal da gravidez. Exemplos de artigos que empregam essa estratégia são Hotz et al. (2005), Miller (2009) e Ribar (1994).

Um ponto que é discutido, de forma primorosa, em Ashcraft et al. (2013) é que, ainda que pouco intuitivo em um primeiro momento, abortos espontâneos podem não ser eventos aleatórios. A argumentação apresentada pelos autores é que, ainda que este seja um evento aleatório da perspectiva biológica, o mesmo não vale na perspectiva social — em particular devido à possibilidade de abortos intencionais. Os autores identificam econometricamente que há existência de

viés “para cima” quando empregando um IV, isto é, a instrumentalização ingênua da gravidez na adolescência por abortos espontâneos implica uma visão mais “benigna” da gravidez na adolescência. A estimação OLS, em contrapartida, teria viés “para baixo”, tendendo a uma visão excessivamente negativa do tratamento. Finalmente, eles derivam um estimador consistente para o efeito causal do tratamento sob a hipótese de que a variável dependente é independente do momento do aborto intencional.

A contribuição de Ashcraft et al. (2013) não pode ser subestimada, visto que ela aponta para a solução de um debate na literatura acerca da inconsistência dos achados. Reflexos dessa contribuição podem ser vistos a partir de 2006, quando os resultados preliminares do trabalho foram publicados pela primeira vez. O leitor deve manter, portanto, esta data em mente nas discussões que seguem.

O desafio acerca do viés (de seleção), ainda que essencial, não configura o único problema na estimação dos efeitos causais da gravidez na adolescência. Diaz e Fiel (2016) argumentam que as inconsistências na literatura, mesmo após a contribuição de Ashcraft et al. (2013) surgem do alto grau de heterogeneidade de efeitos. Para reconciliar os resultados da literatura, eles abandonam a ambição de estimar o “verdadeiro” efeito causal para uma estimação das *variações* derivadas da gravidez na adolescência.

**Quase-Experimentos.** A terceira classe de modelos empregada é a de quase-experimentos, que exploram um desenho de diferenças em diferenças, ou similar, para identificar os efeitos causais. De forma similar ao discutido anteriormente, o uso de abortos espontâneos como quase-experimentos é uma prática amplamente empregada na literatura. A interpretação dos resultados, entretanto, deve ser feita com cuidado: o efeito encontrado nesse tipo de cenário identifica o impacto da gravidez na adolescência *entre as grávidas*. Ainda que essa leitura garanta causalidade das estimativas da perspectiva econométrica, note que as ressalvas acerca da (possível) não aleatoriedade dos abortos se mantêm.

Uma alternativa ao uso do estimulador consistente de Ashcraft et al. (2013) é limitar o tratamento a abortos espontâneos tardios, como observado pela primeira vez em Fletcher e Wolfe (2009). Essa estratégia se fundamenta na ideia de que a maior parte dos abortos intencionais acontece durante os primeiros meses de gravidez e, portanto, abortos tardios acontecem quase exclusivamente por causa de eventos suficientemente aleatórios. Ashcraft et al. (2013) demonstram que os resultados dessa especificação são (quase) não enviesados e que a inclusão de características da família como controle aumenta a eficiência do estimulador, diferentemente do cenário de um IV, por exemplo.

Para além de abortos espontâneos, outros desenhos de quase-experimentos incluem a definição do tratamento como a gravidez de uma amiga (Yakusheva & Fletcher, 2015), a gravidez de uma irmã (Heissel, 2017) e mudanças de política (Kuka & Shenhav, 2024).

### 3 Custos da Gravidez na Adolescência

Nesta seção são retratadas as principais margens pelas quais a literatura econômica entende que uma gravidez na adolescência gera custos (ou efeitos adversos) às mães, filhos, família e sociedade. Ademais, também é apresentada uma comparação internacional a fim de identificar uma possível heterogeneidade de efeitos acerca do contexto sociocultural e econômico.

**A. Educação.** De forma geral, a literatura moderna entende que a gravidez na adolescência reduz os anos de escolaridade, a probabilidade de término do ensino médio e desempenho escolar das mães (Ashcraft et al., 2013; Berthelon et al., 2025; Diaz & Fiel, 2016; Fletcher & Wolfe, 2009; Narita & Diaz, 2016), ainda que estes tenham sido pontos mais fortemente contestados no passado (Azevedo et al., 2012; Hotz et al., 2005; Ribar, 1994). Grande parte dessa divergência de achados deve-se ao já mencionado problema metodológico apresentado em Ashcraft et al. (2013), entretanto, a disparidade de resultados sobrevive para além dessa margem.

Azevedo et al. (2012), por exemplo, empregam

um quase-experimento de abortos espontâneos no México e encontram que as mães adolescentes são mais escolarizadas que sua contraparte. Uma hipótese que pode ajudar a entender esse resultado diz respeito às aspirações: essas jovens mães sentem-se mais motivadas a terminar os estudos de forma a conquistarem condições de garantir um futuro melhor para seus filhos. Outra hipótese é que, uma vez que essas mães adolescentes costumam receber mais benefícios governamentais (Azevedo et al., 2012; Fletcher & Wolfe, 2009), isso proveria a segurança financeira necessária para terminarem seus estudos. Nenhum desses pontos é testado, entretanto, assim como também não o são nos demais trabalhos analisados nesta revisão.

A quantificação dos impactos da gravidez (e paternidade) adolescente sobre os pais do sexo masculino permanece um tópico pouco explorado na literatura. Um dos raros exemplos de respostas nesse sentido pode ser visto em Berthelon et al. (2025), que conseguem identificar os pais adolescentes de 93,5% das crianças em seu estudo, no Chile. Os resultados indicam que o efeito para os homens é significativamente menor que o das mulheres, ainda que ambos sejam impactados negativamente e de forma persistente ao longo do tempo. Consequentemente, a gravidez na adolescência pode aumentar as desigualdades de gênero, fato já constatado para as gravidezes a partir dos 20 anos no contexto tanto de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, ainda que em menor magnitude (Kleven, Landais & Sogaard, 2019; Kleven et al., 2024).

**B. Mercado de Trabalho.** De forma similar à educação, a literatura entende que a gravidez na adolescência implica penalidades no mercado de trabalho para as mães (Anderson et al., 2002; Ashcraft et al., 2013; Diaz & Fiel, 2016; Narita & Diaz, 2016), ainda que alguns estudos apontem para a direção de efeitos (quase) nulos (Hotz et al., 2005) ou, até mesmo, positivos (Azevedo et al., 2012). Esses efeitos sobre o mercado de trabalho se manifestam, majoritariamente, por diferenças na taxa de participação e nível de salários.

Há, ainda, evidência de que mulheres mais escolarizadas possuem penalidades no salário maiores que as menos escolarizadas (Anderson et al., 2002). As autoras argumentam que isso ocorre, pois ausências (ou atrasos para a entrada) no mercado de trabalho são mais danosas para atividades que exigem maior nível e desenvolvimento de capital humano.<sup>2</sup>

Ademais, essas penalidades, em sentido mais amplo, são transmitidas entre gerações, dos pais para as filhas, mas não para os filhos (Kleven, Landais & Søgaaard, 2019). Em específico, meninas que crescem em ambientes com uma divisão do trabalho mais tradicional incorrem em maiores penalidades quando se tornam mães.

Uma vez que a gravidez na adolescência é um fenômeno geralmente circunscrito às jovens em situação de vulnerabilidade social (Kearney & Levine, 2012), tem-se evidências sugestivas de que este é um fenômeno que pode agravar as desigualdades sociais no longo prazo. A constatação empírica dessa hipótese, entretanto, permanece um ponto largamente inexplorado na literatura.

*C. Externalidades.* Ainda que a literatura foque majoritariamente nos impactos de uma gravidez na adolescência sobre a mãe, é razoável supor que todo o ciclo social dos pais adolescentes seja afetado — assim como o futuro filho. Este processo de ser afetado indiretamente por uma decisão de outrem é chamado de externalidade, e é o foco desta subseção.

Yakusheva e Fletcher (2015) mostram que ter uma amiga que passou por uma gravidez na adolescência diminui a probabilidade individual de passar pelo mesmo processo em 6 pontos percentuais. O mecanismo evidenciado pelas au-

---

<sup>2</sup>É importante destacar que existem ao menos três cuidados necessários à interpretação desse resultado. A primeira é o contexto, uma vez que o estudo é centrado nos EUA e, portanto, extrapolações para a realidade brasileira devem ser realizadas com cuidado. A segunda diz respeito à metodologia, que se resume a um modelo de efeitos fixos sem nenhum desenho quase-experimental e, portanto, não estima o efeito causal da gravidez na adolescência. A terceira é que essa análise desconsidera descontinuidades qualitativas na perda de renda; por exemplo, uma perda de salário, ainda que pequena, para uma mulher de baixa escolaridade pode ser o suficiente para implicar o cruzamento da linha de pobreza.

toras é o de aprendizado: uma vez testemunhando de perto as dificuldades de ser uma mãe adolescente, as amigas tomam medidas para que o mesmo não aconteça com elas. A ideia de que a transmissão de informação é uma variável importante para incentivar comportamentos de controle de natalidade adolescente é reforçada, seguindo um desenho de pesquisa completamente diferente, por Kearney e Levine (2015b)

Nem todas as externalidades são “positivas”, entretanto. Heissel (2017), por exemplo, constata que ter uma irmã que se torna uma mãe adolescente diminui o desempenho acadêmico e aumenta a probabilidade de evasão escolar da contraparte não grávida. O autor argumenta que isso ocorre devido ao desvio de atenção dos pais da mãe adolescente, que passam a se concentrar tanto na filha gestante quanto no neto, reduzindo, assim, a atenção dedicada aos outros filhos.

Não só irmãos, mas os próprios filhos também podem ser negativamente afetados. Miller (2009) usa abortos espontâneos, embora não se restrinja a adolescentes, como um quase-experimento para estimar o impacto do atraso de 1 ano na gravidez no desempenho escolar do (futuro) filho. Os resultados indicam que a postergação da gravidez implica melhora nas notas em uma magnitude expressiva — 10% da diferença entre notas de filhos de pais com ensino superior e filhos de pais com ensino médio incompleto.

Similarmente, mas focando em adolescentes, Aizer et al. (2022) encontram, ainda que em magnitudes menores, efeitos adversos de longo prazo para os filhos de mães adolescentes e identificam a má seleção de pais como provável mecanismo, principalmente para os casos de mães de alto status socioeconômico. Johansen et al. (2024) encontram, por outro lado, que o atraso na gravidez não possui impacto algum sobre o desempenho escolar futuro da criança.

Ademais, Shoesmith (2017) encontra evidências de uma relação positiva entre gravidez na adolescência e envolvimento criminal dos filhos, o que indicaria externalidades ainda mais severas não só para o círculo social da mãe, mas tam-

bém para a sociedade.

**D. Comparação Internacional.** Notavelmente, a literatura explorou muito mais os efeitos da gravidez na adolescência no contexto de países desenvolvidos. Dentre todos os trabalhos analisados nesta seção, apenas Azevedo et al. (2012), Berthelon et al. (2025) e Narita e Diaz (2016) conduzem trabalhos focados em países em desenvolvimento, centrados no México, Chile e Brasil, respectivamente.

Um dos motivos mais fundamentais para esse desbalanceamento diz respeito à disponibilidade de dados que possibilitem análises de inferência causal, muito mais comuns no contexto de países desenvolvidos. Entretanto, é reforçada aqui a necessidade de mais estudos que tratem dessa problemática, em particular no contexto latino-americano, ainda que ao custo de identificação causal ao nível do indivíduo. Narita e Diaz (2016) configura um exemplo de como tais trabalhos podem ser instrutivos ao debate público.

Outro ponto que motiva essa necessidade por mais estudos no contexto de países em desenvolvimento é a disparidade de resultados. Enquanto Berthelon et al. (2025) e Narita e Diaz (2016) encontram efeitos adversos da gravidez na adolescência sobre as jovens, Azevedo et al. (2012) constata efeitos positivos. Um corpo de trabalhos empíricos mais sólido ajudaria a entender as margens importantes para compreender essa heterogeneidade de resultados. Dito isso, em geral, os resultados para os países em desenvolvimento são qualitativamente semelhantes àqueles para países desenvolvidos.

## 4 Políticas Públicas e Estratégias de Mitigação

Os custos de uma gravidez na adolescência são notáveis, e isso é reportado mesmo entre os estudos que não encontram perdas *para as mães*, retratados na Seção 3. Para além das externalidades já discutidas, uma forma como esses custos se materializam é pela maior necessidade de assistencialismo governamental dessas

mães adolescentes. Azevedo et al. (2012), Fletcher e Wolfe (2009) e Hotz et al. (2005) encontram uma relação positiva entre dependência de assistência social e gravidez na adolescência, de forma que pode ser intuído que essa também é uma questão para as finanças públicas. Posto de outra forma, ainda que não haja custos de uma gravidez na adolescência para as mães ou para os filhos, existem custos para o governo e, portanto, para a sociedade.

Logo, o objetivo desta seção é apresentar o que a literatura entende como os elementos componentes de políticas bem-sucedidas (ou não) na mitigação da gravidez na adolescência. Destaco, ainda, Lopoo e Raissian (2012) e Moffit (1998) como duas revisões de literatura de grande importância acerca do efeito de políticas públicas na natalidade, ainda que focadas no contexto dos EUA.

**A. Informação.** Diversas campanhas de conscientização acerca dos custos da gravidez na adolescência, tipicamente realizadas no contexto da educação sexual juvenil em escolas, já foram idealizadas e realizadas (Brasil, 2024, por exemplo), entretanto, a efetividade delas como estratégia de mitigação é questionável. Uma explicação para uma possível ineficiência dessas campanhas informativas tradicionais diz respeito à forma como a comunicação é realizada com o público-alvo.

Kearney e Levine (2015b) exploram como o programa televisivo “*16 and Pregnant*”, um *reality* de sucesso e transmitido entre 2009 e 2013 pela emissora *MTV*, especializada no público adolescente, atuou na prevenção da gravidez precoce. A pesquisa encontra efeitos expressivos da exposição ao programa de TV (tratamento) na redução da gravidez adolescente, ao ponto do tratamento explicar 24% da redução da gravidez juvenil durante o período de análise.

A argumentação apresentada pelo trabalho é que a exposição dos custos de uma gravidez durante a adolescência à vida pessoal da mãe, mesmo antes do nascimento do filho, sensibilizaria jovens em situação similar. De forma clara, os autores argumentam que as adolescentes não tinham consciência do quão disruptivo

tiva uma gravidez nessa etapa da vida poderia ser. No entanto, ao confrontarem os dramas e dilemas vividos por uma par grávida retratados no programa de TV, passaram a buscar, de forma independente, maneiras de evitar que o mesmo acontecesse com elas. Essa narrativa é corroborada por uma análise dos resultados de buscas no *Google* e de postagens em mídias sociais durante o período de exibição de novos episódios do programa, que revelou um aumento substancial no engajamento com temas relacionados a métodos contraceptivos e aborto.

Como resultado dessa experiência, podem-se destacar duas grandes conclusões para futuras políticas públicas. Primeiro, a forma como a comunicação se dá com o público jovem é fundamental. O programa demonstrava os custos da gravidez precoce de uma forma que conectava e entretinha o público-alvo, o que é importante para que o tratamento tenha efeito. Segundo, potencialmente, mais relevante do que ofertar conhecimento acerca dos métodos contraceptivos é despertar nas jovens a vontade individual de se informar acerca deles.

*B. Planejamento Familiar.* Talvez a intervenção mais imediata, ao se pensar em estratégias de mitigação da gravidez na adolescência, seja a ampliação do acesso a contraceptivos para as jovens. Nesse sentido, Bentancor e Clarke (2017), Lindo e Packham (2017) e Luca et al. (2021) encontram evidências de que o acesso a contraceptivos, em especial à “pílula do dia seguinte”, tem efeitos substanciais na redução e no adiamento da gravidez precoce. Essas análises sugerem que a ampliação do acesso a métodos contraceptivos, portanto, tem implicações significativas para as trajetórias educacionais e profissionais das mulheres; vide a seção anterior.

Ainda que os estudos de caso tipicamente constatem uma relação negativa entre a disponibilização de anticoncepcionais e a gravidez na adolescência, isso não é unânime na literatura. Girma e Paton (2011), por exemplo, reportam efeitos nulos do acesso a contraceptivos sobre a taxa de gravidez precoce e, de maneira preocupante, identificam um aumento na incidên-

cia de doenças sexualmente transmissíveis. Esses achados indicam que os efeitos dos programas de acesso a contraceptivos podem variar substancialmente dependendo do contexto de implementação e dos comportamentos de risco associados.

Ainda que importantes, contraceptivos não são a única forma pela qual o acesso a serviços de saúde pode reduzir a probabilidade de gravidez na adolescência. Brown et al. (2020), por exemplo, encontra evidências de que o acesso a um conjunto abrangente de serviços de assistência médica induz redução nas taxas de gravidez na adolescência, ao analisar o aumento da elegibilidade ao *Medicare*.

Nesse sentido, a literatura também identificou que iniciativas de planejamento familiar e aconselhamento apresentam impactos relevantes e duradouros. Bailey et al. (2019) e Kearney e Levine (2015a) associam tais programas a reduções significativas e persistentes na fertilidade, tanto pelo adiamento de gravidezes quanto pela diminuição do número total de filhos. Além disso, Bailey et al. (2019) mostram que os filhos nascidos após a implementação desses programas tendem a apresentar melhores condições de vida: são mais propensos a viver em domicílios com maiores rendas, menos expostos à pobreza e menos dependentes de assistência pública. Esses resultados reforçam a importância das políticas de planejamento familiar como instrumento de promoção do bem-estar intergeracional.

*C. Programas de Transferência de Renda.* Diversos trabalhos encontram que o aumento da escolarização da mãe reduz a probabilidade de uma gravidez prematura, mesmo que esta se dê através de regimes de presença obrigatória em sala de aula (Black et al., 2008; Duflo et al., 2015, 2021). Logo, é razoável intuir que políticas de incentivo à educação devam atuar no sentido de reduzir a incidência de gravidez na adolescência.

Programas de Transferência de Renda (PTR), como o Programa Bolsa Família, podem, portanto, representar um canal significativo para a redução de gravidezes precoces se criarem incentivos positivos à presença e ao desempenho

escolar. Cortés et al. (2016), por exemplo, traduzem essa ideia em um modelo simples de comportamento dos adolescentes. Nesse exercício teórico, os autores constatam que, para além dos incentivos à educação, também é necessário que o PTR tenha tempo de duração limitado e determinado. Usando dados de dois PTR em Bogotá, os autores encontram evidências apoiando o modelo teórico, pois apenas o PTR que condicionava os benefícios ao desempenho escolar levou à redução nas taxas de gravidez adolescente.

Resultados qualitativamente similares podem ser encontrados em Baird et al. (2011), Barham et al. (2024) e Olson et al. (2019), onde destaco o último trabalho como de particular interesse para o caso brasileiro, uma vez que o estudo foca no impacto do Programa Bolsa Família. Os autores usam a PNAD e um desenho de “diferenças triplas” de forma a encontrar que a magnitude da redução nas taxas de gravidez precoce derivadas da inclusão de adolescentes de 15 a 17 anos no Programa Bolsa Família é de 3 pontos percentuais — o suficiente para equalizar a diferença entre as taxas de adolescentes pobres e não-pobres.

Isto posto, Kearney e Levine (2015a) ressaltam que a concessão de benefícios não vinculados ao desempenho escolar pode, inclusive, ter efeitos adversos. Os autores encontram evidência, para os EUA, que benefícios governamentais mais generosos levam a maiores taxas de gravidez na adolescência. Posto de outra forma, não só o caráter, mas também o valor do benefício, importa para que este seja entendido como uma política de combate à gravidez precoce.

## 5 Conclusão

Esta revisão da literatura econômica acerca dos impactos da gravidez na adolescência identificou algumas direções importantes para a pesquisa futura no campo:

1. Investigar os mecanismos que explicam os efeitos positivos da gravidez na adolescência identificados em alguns estudos, como o de Azevedo et al. (2012), com ênfase no

papel das aspirações e dos benefícios sociais.

2. Avaliar efeitos sobre pais adolescentes do sexo masculino.
3. Analisar a gravidez precoce como vetor de perpetuação (intergeracional) de desigualdades sociais e de gênero.
4. Investigar os efeitos no contexto de países em desenvolvimento, com foco em evidência causal e análises ao nível do indivíduo.
5. Avaliar o impacto intergeracional e as margens de heterogeneidade de programas de planejamento familiar (aumento do acesso à anticoncepcionais, por exemplo) e transferências condicionais de renda em diferentes contextos.

## Citação Sugerida

Chaves Maia, P. H. (2025). *Custos e Intervenções Acerca da Gravidez na Adolescência: Uma Breve Revisão da Literatura*. Nota Técnica ImdsNT003-2025. Rio de Janeiro: Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social

## Referências

- Aizer, A., Devereux, P., & Salvanes, K. (2022). Grandparents, Moms, or Dads? Why Children of Teen Mothers Do Worse in Life. *Journal of Human Resources*, 57(6), 2012–2047.
- Anderson, D. J., Binder, M., & Krause, K. (2002). The Motherhood Wage Penalty: Which Mothers Pay It and Why? *American Economic Review*, 92(2), 354–358.
- Ashcraft, A., Fernández-Val, I., & Lang, K. (2013). The Consequences of Teenage Childbearing: Consistent Estimates When Abortion Makes Miscarriage Non-random. *The Economic Journal*, 123(571), 875–905.

- Azevedo, J. P., López-Calva, L. F., & Perova, E. (2012, maio). *Is the Baby to Blame? An Inquiry into the Consequences of Early Childbearing* (Policy Research Working Paper N. 6074). World Bank. Washington, DC.
- Bailey, M. J., Malkova, O., & McLaren, Z. M. (2019). Does Access to Family Planning Increase Children's Opportunities?: Evidence from the War on Poverty and the Early Years of Title X. *Journal of Human Resources*, 54(4), 825–856.
- Baird, S., McIntosh, C., & Özler, B. (2011). Cash or Condition? Evidence from a Cash Transfer Experiment. *The Quarterly Journal of Economics*, 126(4), 1709–1753.
- Barham, T., Macours, K., & Maluccio, J. A. (2024). Experimental Evidence from a Conditional Cash Transfer Program: Schooling, Learning, Fertility, and Labor Market Outcomes after 10 Years. *Journal of the European Economic Association*, 22(4), 1844–1883.
- Bentancor, A., & Clarke, D. (2017). Assessing Plan B: The Effect of the Morning After Pill on Children and Women. *The Economic Journal*, 127(607), 2525–2552.
- Berthelon, M., Contreras, D., Kruger, D., & Palma, M. I. (2025). Early maternity and paternity. Effects on educational trajectories. *Journal of Development Economics*, 173, 103404.
- Black, S. E., Devereux, P. J., & Salvanes, K. G. (2008). Staying in the Classroom and out of the maternity ward? The effect of compulsory schooling laws on teenage births. *The Economic Journal*, 118(530), 1025–1054.
- Brasil. (2024). *Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora*. Ministério da Saúde e Universidade de Brasília.
- Bronars, S. G., & Grogger, J. (1994). The Economic Consequences of Unwed Motherhood: Using Twin Births as a Natural Experiment. *The American Economic Review*, 84(5), 1141–1156.
- Brown, D. W., Kowalski, A. E., & Lurie, I. Z. (2020). Long-Term Impacts of Childhood Medicaid Expansions on Outcomes in Adulthood. *The Review of Economic Studies*, 87(2), 792–821.
- Cortés, D., Gallego, J., & Maldonado, D. (2016). On the Design of Educational Conditional Cash Transfer Programs and Their Impact on Non-Education Outcomes: The Case of Teenage Pregnancy. *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy*, 16(1), 219–258.
- Diaz, C. J., & Fiel, J. E. (2016). The Effect(s) of Teen Pregnancy: Reconciling Theory, Methods, and Findings. *Demography*, 53(1), 85–116.
- Duflo, E., Dupas, P., & Kremer, M. (2015). Education, HIV, and Early Fertility: Experimental Evidence from Kenya. *American Economic Review*, 105(9), 2757–2797.
- (2021). The Impact of Free Secondary Education: Experimental Evidence from Ghana. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series, No. 28937*.
- Fletcher, J. M., & Wolfe, B. L. (2009). Education and Labor Market Consequences of Teenage Childbearing: Evidence Using the Timing of Pregnancy Outcomes and Community Fixed Effects. *The Journal of Human Resources*, 44(2), 303–325.
- Girma, S., & Paton, D. (2011). The impact of emergency birth control on teen pregnancy and STIs. *Journal of Health Economics*, 30(2), 373–380.
- Heissel, J. A. (2017). Teenage Motherhood and Sibling Outcomes. *American Economic Review*, 107(5), 633–637.
- Holmlund, H. (2005). Estimating Long-Term Consequences of Teenage Childbearing: An Examination of the Siblings Approach. *Journal of Human Resources*, 40(3), 716–743.
- Hotz, V. J., McElroy, S. W., & Sanders, S. G. (2005). Teenage Childbearing and Its Life Cycle Consequences: Exploiting a Natural Experiment. *Journal of Human Resources*, 40(3), 683–715.

- Johansen, E. R., Nielsen, H. S., & Verner, M. (2024). Teenage mothers and the next generation: benefits of delay? *Review of Economics of the Household*, 22(2), 451–476.
- Kearney, M. S., & Levine, P. B. (2012). Why is the Teen Birth Rate in the United States So High and Why Does It Matter? *Journal of Economic Perspectives*, 26(2), 141–166.
- (2015a). Investigating recent trends in the U.S. teen birth rate. *Journal of Health Economics*, 41, 15–29.
- (2015b). Media Influences on Social Outcomes: The Impact of MTV’s 16 and Pregnant on Teen Childbearing. *American Economic Review*, 105(12), 3597–3632.
- Kleven, H., Landais, C., Posch, J., Steinhauer, A., & Zweimüller, J. (2019). Child Penalties across Countries: Evidence and Explanations. *AEA Papers and Proceedings*, 109, 122–126.
- Kleven, H., Landais, C., & Søggaard, J. E. (2019). Children and Gender Inequality: Evidence from Denmark. *American Economic Journal: Applied Economics*, 11(4), 181–209.
- Kleven, H., Landais, C., & Leite Mariante, G. (2024). The Child Penalty Atlas. *The Review of Economic Studies*, rdae104.
- Kuka, E., & Shenhav, N. (2024). Long-Run Effects of Incentivizing Work after Childbirth. *American Economic Review*, 114(6), 1692–1722.
- Lindo, J. M., & Packham, A. (2017). How Much Can Expanding Access to Long-Acting Reversible Contraceptives Reduce Teen Birth Rates? *American Economic Journal: Economic Policy*, 9(3), 348–376.
- Lopoo, L. M., & Raissian, K. M. (2012). Natalist Policies in the United States. *Journal of Policy Analysis and Management*, 31(4), 905–946.
- Luca, D. L., Stevens, J., Rotz, D., Goesling, B., & Lutz, R. (2021). Evaluating teen options for preventing pregnancy: Impacts and mechanisms. *Journal of Health Economics*, 77, 102459.
- Miller, A. R. (2009). Motherhood Delay and the Human Capital of the Next Generation. *American Economic Review*, 99(2), 154–58.
- Moffit, R. A. (1998). The effect of welfare on marriage and fertility. *Em Welfare, the Family, and Reproductive Behavior: Research Perspectives* (pp. 50–97). National Academy Press.
- Narita, R., & Diaz, M. D. M. (2016). Teenage motherhood, education, and labor market outcomes of the mother: Evidence from Brazilian data. *Economia*, 17(2), 238–252.
- Olson, Z., Clark, R. G., & Reynolds, S. A. (2019). Can a conditional cash transfer reduce teen fertility? The case of Brazil’s Bolsa Familia. *Journal of Health Economics*, 63, 128–144.
- Ribar, D. C. (1994). Teenage Fertility and High School Completion. *The Review of Economics and Statistics*, 76(3), 413–424.
- Shoesmith, G. L. (2017). Crime, Teenage Abortion, and Unwantedness. *Crime and Delinquency*, 63(11), 1458–1490.
- Yakusheva, O., & Fletcher, J. (2015). Learning from Teen Childbearing Experiences of Close Friends: Evidence using Miscarriages as a Natural Experiment. *The Review of Economics and Statistics*, 97(1), 29–43.